autuado por cintiacarrer em 16/09/2026 18:41:08.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 709/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Lei Federal nº 9.142, de 9 de março de 1995, que dispõe sobre o financiamento do desenvolvimento de programas habitacionais sociais destinados à população de baixa renda.

Lei Federal nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 — Estatuto da Cidade —, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera diversas normas; e dá outras providências.

Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida; altera diversas normas relacionadas à política habitacional, aos registros públicos, ao FGTS, às licitações e à regularização fundiária; e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

Lei Estadual nº 6.756, de 14 de março de 1990, que cria o Fundo de Financiamento e Investimento para o Desenvolvimento Habitacional e Urbano e dá outras providências.

Lei Estadual nº 10.310, de 12 de maio de 1999, que dispõe sobre o sorteio de imóveis da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU.

Lei Estadual nº 12.801, de 15 de janeiro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas visando à participação do Estado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Conselho Estadual de Habitação – CEH e institui o

Matéria DSP 14308/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 709/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764339.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS e o Fundo Garantidor Habitacional – FGH.

Lei Estadual nº 13.094, de 24 de junho de 2008, que altera a Lei nº 10.310, de 12 de maio de 1999, relativa ao sorteio de imóveis da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU.

Lei Municipal nº 11.632, de 22 de julho de 1994, que dispõe sobre o estabelecimento de uma política integrada de habitação voltada à população de baixa renda; autoriza a instituição, junto à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB-SP, do Fundo Municipal de Habitação; cria o Conselho do Fundo Municipal de Habitação; e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.516, de 22 de dezembro de 2011, que autoriza a transferência, a título não oneroso, à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB-SP, da propriedade de imóveis municipais que integrarão o Fundo Municipal de Habitação e dá providências correlatas.

Lei Municipal nº 15.728, de 29 de abril de 2013, que autoriza a transferência, a título não oneroso, à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB-SP, da propriedade de imóveis municipais que integrarão o Fundo Municipal de Habitação e dá providências correlatas.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002.

Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014.

Lei Municipal nº 16.735, de 1º de novembro de 2017, que institui o Programa Casa Paulistana e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.638, de 9 de setembro de 2021, que disciplina o Programa Pode Entrar, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização.

Portaria Conjunta SEHAB/SMDHC/SMADS nº 116, de 13 de outubro de 2022, que define critérios, fluxos e procedimentos para a identificação, habilitação e priorização da demanda de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar atendidas no âmbito dos Programas de Provisão Habitacional do Município.

Lei Municipal nº 17.859, de 16 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a regularização fundiária urbana de edificações, loteamentos e conjuntos ou empreendimentos habitacionais implantados para fins de provisão de habitação de interesse social, bem como sobre o procedimento administrativo de avaliação e indenização de construções em assentamentos urbanos de interesse social.

Matéria DSP 14308/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 709/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764339.

autuado por cintiacarrer em 16/09/2026 18:41:08.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Decreto Municipal nº 63.728, de 10 de setembro de 2024, que estabelece disciplina específica de parcelamento, uso e ocupação do solo e normas edilícias para HIS, HMP, EHIS, EHMP e EZEIS.

Decreto Municipal nº 64.244, de 28 de maio de 2025, que introduz alterações no Decreto nº 63.130, de 19 de janeiro de 2024, relativas ao regime jurídico aplicável à produção privada de HIS, HMP, EHIS, EHMP e EZEIS.

Lei Municipal nº 18.330, de 11 de novembro de 2025, que dispõe sobre a Planta Genérica de Valores, altera a legislação tributária municipal e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 64.895, de 5 de janeiro de 2026, que define os valores de renda familiar para atendimento por Habitação de Interesse Social – HIS e Habitação de Mercado Popular – HMP e atualiza valores previstos no Decreto nº 63.130, de 19 de janeiro de 2024, pelo INCC-M.

- PL 408/2026 Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de barras de apoio, conforme a norma ABNT NBR 9050:2020, em banheiros, sanitários e vestiários de espaços públicos e em construções habitacionais de interesse social (populares).

- PL 402/2026 Dispõe sobre o valor a ser pago a título de auxílio-aluguel no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 325/2026 Estabelece piso mínimo para o benefício de provisão habitacional temporária, na modalidade auxílio-aluguel, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 1559/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica em empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação do Mercado Popular (HMP), promovidos ou subvencionados pelo Município de São Paulo, para atendimento da demanda de áreas comuns, aquecimento de água e demais usos da energia elétrica.

- PL 1437/2025 Altera a Lei nº 16.642, de 9 de maio de 2017 (Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo) para dispor sobre a prevenção e repressão da favelização, puxadinhos e ampliações irregulares em edificações residenciais e comerciais, bem como estabelece medidas de fiscalização e sanções administrativas.

- PL 1401/2025 Institui o Cadastro Municipal de Unidades com Destinação Social (CMUDS), disciplina a oferta e a intermediação digital de unidades [Habitação de Interesse Social] HIS 1, HIS 2 e HMP no Município de São Paulo, veda a locação por curta duração dessas unidades e estabelece limites de preço para locação por longa duração, define obrigações de cooperação para plataformas digitais, e dá outras providências.

Matéria DSP 14308/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 709/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764339.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- PL 1378/2025 Dispõe sobre alterações na política de locação de unidades HIS e HMP produzidas por empresas privadas na cidade de São Paulo previstas na Lei 16.050/2014.

- PL 723/2025 Altera a Lei nº 17.638, de 9 de setembro de 2021, que disciplina o Programa Pode Entrar, para incluir como grupo prioritário as empregadas domésticas chefes de família e sem imóvel próprio.

- PL 376/2025 Revoga os parágrafos 8º e 9º - e respectivos incisos - do art. 47 da Lei Municipal nº 16.050/2014 [Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002].

- PL 373/2025 Altera a Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, e insere os Incisos III e IV do Art. 15, bem como altera a redação do parágrafo 5º.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 16 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 14308/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 16/09/2026 e juntado ao PL 709/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=764339.